



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

24 de Janeiro de 2025

Elaborado por: Serviços de Imprensa

Av.^a da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

ONU reitera apoio inabalável aos esforços de paz liderados pelo Presidente João Lourenço

A Organização das Nações Unidas (ONU) reiterou, hoje, o apoio inabalável aos esforços de paz liderados pelo Presidente da República, João Lourenço, para "diminuir as tensões entre a RDC e o Rwanda".

O voto de confiança no Chefe de Estado foi dado numa declaração emitida pelo porta-voz do secretário-geral da ONU, Stéphane Dujarric, consultada pelo JA Online, na qual João Lourenço é elogiado pelo progresso “feito até agora” para refrear o conflito entre a República Democrática do Congo (RDC) e o Rwanda.

Perante o clima alarmante que se regista com a retomada das hostilidades no leste da RDC, o secretário-geral da ONU mostra-se “profundamente preocupado” com o relatório mais recente do Grupo de Peritos, estabelecido de acordo com a Resolução 1533 do Conselho de Segurança, sobre a presença de tropas rwandesas em solo congolês e o apoio contínuo ao M23.

Nesse sentido, António Guterres condena “nos termos mais fortes” a ofensiva renovada lançada, pelo Movimento 23 de Março (M23), desde o início do ano e a expansão para o Kivu do Norte e Kivu do Sul, incluindo a recente tomada de Sake, que “aumenta a ameaça à cidade de Goma” e “tem um

preço devastador para a população civil”, tendo acentuado “o risco de uma guerra regional mais ampla”. Por esse motivo, expressa, também, um pedido ao M23 para que “cesse imediatamente a sua ofensiva” e se retire “de todas as áreas ocupadas”, cumprindo o acordo de cessar-fogo de 31 de Julho de 2024.

Por outro lado, apela, igualmente, “a todos os actores para que respeitem a soberania e a integridade territorial da República Democrática do Congo” e “acabem com todas as formas de apoio a grupos armados, sejam eles congolezes ou estrangeiros”.

Exorta as partes a permanecerem engajadas no Processo de Luanda e a manterem o ímpeto na neutralização das FDLR e na retirada das forças rwandesas, bem como na rápida operacionalização do Mecanismo de Verificação Ad-Hoc Reforçado.

Por último, António Guterres apela, ainda, todas as partes a defenderem os direitos humanos e o direito internacional humanitário, inclusive garantindo acesso imediato e irrestrito às populações que precisam de assistência humanitária e respeitando o carácter civil dos locais de pessoas deslocadas internamente.

Reitera a determinação da MONUSCO de implementar o mandato para proteger civis e condena veementemente a acção de qualquer parte que coloque em risco a segurança dos capacetes azuis e do pessoal civil da ONU. (J.A.)++++

Angola e ONU avaliam cooperação na área de desenvolvimento humano

Angola e a Organização das Nações Unidas (ONU) perspectivam o reforço da cooperação em matéria de Desenvolvimento Humano. A intenção foi expressa durante um encontro que o ministro das Relações Exteriores, Tété António,

manteve, quarta-feira, em Nova Iorque, Estados Unidos da América, com a secretária-geral adjunta das Nações Unidas, Amina Mohammed.

No fim da visita de trabalho a Nova Iorque, o chefe da diplomacia angolana enalteceu o engajamento de Amina Mohammed no processo de reforço global para acelerar a Agenda 2030 da ONU, documento com 17 objetivos, cuja meta passa por colocar o mundo num caminho mais sustentável e resiliente até este ano.

Téte António destacou, igualmente, o papel da diplomata nigeriana ao serviço da ONU na garantia da implementação do Pacto para o Futuro, acordo internacional mais abrangente assinado em Setembro do ano passado, na sede das Nações Unidas, que busca por muitos desafios urgentes da actualidade em todos os pilares.

Os dois diplomatas abordaram, ainda, questões relacionadas com os eventos de alto nível das Nações Unidas, programadas para o ano em curso, nomeadamente a 4.^a Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, que terá lugar de 30 de Junho a 3 de Julho, em Sevilha, Espanha, bem como a 3.^a Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos, prevista para os dias 9 e 13 de Junho, em Nice, França.

O ministro Téte António realçou que Angola atribui grande relevância aos dois eventos, tendo sublinhado que o primeiro oferece uma oportunidade única para reestruturar o financiamento dos ODS, incluindo renovar a chamada reforma da arquitectura financeira internacional.

Augurou, por isso, que a Conferência aborde questões críticas sobre a lacuna de financiamento internacional, tais como políticas fiscais mais fortes, combate a fluxos financeiros ilícitos, sustentabilidade da dívida e a reforma da governança do sistema financeiro global.

Quanto à 3.^a Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos, o chefe da diplomacia angolana considerou o evento de “extrema importância” para o país, uma vez que parte significativa da população, que vive no litoral, depende do oceano para sobreviver.

Téte António deu a conhecer à sua interlocutora sobre a presidência angolana da União Africana, a partir do próximo mês de Fevereiro. Disse que o país vai aproveitar esta oportunidade para apresentar uma visão unificadora entre todas as nações do continente, com base no interesse de buscar soluções que contribuam, o máximo possível, para acabar com os conflitos que persistem em África.

O ministro das Relações Exteriores referiu que Angola está determinada a trabalhar, em estreita colaboração com as Nações Unidas e outros parceiros, para promover a integração, estabilidade e desenvolvimento do continente, buscando soluções para os problemas que ainda bloqueiam o caminho em direcção ao progresso social, económico, científico, técnico e tecnológico.

Destacado papel de João Lourenço

Outro assunto que mereceu destaque neste encontro de trabalho entre Téte António e Amina Mohammed foi o processo de normalização das relações entre a República Democrática do Congo (RDC) e o Rwanda.

Sobre este particular, Amina Mohammed destacou o papel do Presidente João Lourenço na busca da paz e segurança para o Leste da RDC. Num outro momento, o ministro das Relações Exteriores conversou com a sub-secretária-geral da ONU para os Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz, Rosemary DiCarlo, com quem abordou os desafios do Processo de Luanda e a presidência angolana da União Africana.

Romary Di Carlo elogiou os esforços da mediação de Angola no processo para pacificação do Leste da RDC e manifestou disponibilidade para apoiar o país nessa nobre missão. *(J.A.)++++*

Teté António reúne-se com secretária-geral adjunta das Nações Unidas

O ministro das Relações Exteriores, Teté António, reuniu-se, quarta-feira, em Nova Iorque, com a secretária-geral adjunta das Nações Unidas, Amina Mohammed. O encontro serviu para ambas entidades falarem sobre a presidência angolana da União Africana, a partir de Fevereiro próximo.

De acordo com uma nota, enviada ao JA Online, Teté António afirmou que o país apresentará uma visão unificadora entre todas as nações do continente, ” com base no nosso interesse em buscar soluções que contribuam o máximo possível para acabar com os conflitos que persistem em África”.

Sublinhou, ainda, que Angola também está determinada e a trabalhar em estreita colaboração com as Nações Unidas e outros parceiros para promover a integração, a estabilidade e o desenvolvimento do continente na busca por soluções para os problemas que ainda bloqueiam o caminho em direcção ao progresso social, económico, científico, técnico e tecnológico.

Por sua vez, Amina Mohammed elogiou o papel de Lourenço, na qualidade de mediador designado pela União Africana para facilitar a normalização das relações entre a República Democrática do Congo (RDC) e o Rwanda na busca para a paz e a segurança no Leste da RDC. *(J.A.)++++*

Lula da Silva escreve ao Presidente João Lourenço

Uma mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Chefe de Estado angolano, João Lourenço, foi entregue, na tarde de quinta-feira, ao secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas, Domingos Custódio Vieira Lopes, pela embaixadora do Brasil em Angola, Eugénia Barthlmess.

O acto da entrega da missiva, cujo conteúdo não foi divulgado, aconteceu no edifício-sede da diplomacia angolana, em Luanda. A embaixadora Eugénia Barthlmess enalteceu, na ocasião, o contributo de Angola durante a 19.ª reunião da Cimeira do G20, realizada, em Novembro de 2024, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.

Neste domínio, a diplomata brasileira destacou a pertinência de reforçar os laços entre os dois países no âmbito das dinâmicas multilaterais promovidas pelo G20.

O momento serviu para Eugénia Barthlmess felicitar Angola pela presidência da União Africana em Fevereiro. De recordar que o Chefe de Estado angolano tem reiterado a prioridade conferida ao fortalecimento das relações bilaterais e multilaterais entre Angola e o Brasil, no quadro de uma cooperação estratégica em constante ascensão.

Angola e Brasil mantêm relações político-diplomáticas desde a Independência Nacional, a 11 de Novembro de 1975. O Brasil foi o primeiro país do mundo a reconhecer a Independência de Angola, logo após a sua proclamação, pelo então Presidente António Agostinho Neto.

Ao longo das cinco décadas, os dois países têm vindo a estreitar a cooperação em diversas áreas, nomeadamente na política, economia, cultura e educação. As relações bilaterais têm sido reforçadas através de visitas oficiais, acordos de cooperação e uma crescente troca comercial. (J.A.)++++

União Africana inicia preparativos para Cimeira agendada para o mês de Fevereiro

A União Africana (UA) começou os preparativos para a realização da próxima Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da organização continental, marcada para os dias 15 e 16 de Fevereiro, com a realização da 49.ª Reunião do Comité dos Representantes Permanentes (CRP).

Esta reunião, que vai de 14 a 31 deste mês, na sede da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia, precede à 46.ª sessão ordinária do Conselho Executivo (reunião dos ministros das Relações Exteriores/Negócios Estrangeiros), prelúdio da Conferência durante a qual o Presidente da República, João Lourenço, assumirá a presidência rotativa da União Africana.

O embaixador de Angola na Etiópia e representante permanente junto da UA, Miguel Domingos Bembe, representa o país neste encontro.

O encontro do CRP tem a responsabilidade de preparar o trabalho do Conselho Executivo, cuja reunião está marcada para os dias 12 e 13 de Fevereiro, incluindo o projecto de agenda da Conferência, agindo no quadro das instruções daquele órgão da União Africana, assim como estabelecer subcomités ou grupos de trabalho indispensáveis.

O Comité dos Representantes Permanentes está a analisar, nesta reunião de carácter interactivo, um conjunto de relatórios, com destaque para aqueles referentes às actividades dos subcomités do CPR, nomeadamente de reformas estruturais, da cooperação multilateral, de supervisão e coordenação de questões orçamentais, administrativas e financeiras, mas, também, da Comissão de outros órgãos e agências especializadas da União Africana.

Os membros deste Comité vão avaliar, ainda, os relatórios sobre a implementação do roteiro do tema deste ano: “Justiça para os africanos e afrodescendentes através de

reparações”, informação actualizada ao Conselho Executivo sobre a operacionalização do Fundo para a Paz da União Africana, assim como o quadro estratégico sobre as principais acções para o alcance do crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável em África.

Do rol dos documentos em análise constam, igualmente, o Roteiro da União Africana para 2030: Manutenção da Resposta à SIDA, garantia do reforço dos sistemas e segurança sanitária para o desenvolvimento de África, os relatórios da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, dos conselhos Económico, Social e Cultural e Consultivo da União Africana contra a Corrupção e do Parlamento Pan-Africano. País assume presidência da UA pela primeira vez

Angola vai assumir, pela primeira, a presidência da União Africana, órgão máximo da organização continental, facto que coincide com o ano da comemoração dos 50 anos da Independência Nacional.

O país apresenta-se como candidato da região Austral, que, ao abrigo do princípio da rotatividade, compete indicar o país que deve presidir à UA este ano.

A candidatura de Angola foi endossada, de forma unânime, pela Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, realizada no dia 17 de Agosto de 2023, em Luanda, ratificando, deste modo, a recomendação da 25.ª reunião do Comité Ministerial do Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança desta organização sub-regional, ocorrida em Julho desse ano, em Windhoek, República da Namíbia.

Com o objectivo de preparar, coordenar e organizar as tarefas inerentes às responsabilidades do país na presidência da União Africana, o Presidente da República determinou, no fim do ano passado, a criação de um grupo interministerial

de trabalho. O grupo de trabalho é coordenado pelo ministro das Relações Exteriores, coadjuvado pelo ministro da Defesa Nacional, Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, e tem como ponto focal nacional o embaixador de Angola na Etiópia. (J.A.)++++

País regista melhorias em matéria de respeito pelos direitos humanos

A situação dos Direitos Humanos no país, de 2020 a 2024, conheceu imensas melhorias, tendo a temática sido elevada à questão de segurança nacional, com a apresentação periódica de relatórios sobre a implementação pela entidade nacional dos Direitos Humanos no Conselho de Segurança Nacional, afirmou, quinta-feira, em Genebra, Suíça, o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

Marcy Lopes fez as declarações durante a apresentação, ontem, ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU), do novo relatório de Angola, no quadro da Revisão Periódica Universal (RPU), que decorre em Genebra.

O ministro considerou, na ocasião, que a maioria das 270 recomendações que o Conselho de Direitos Humanos da ONU fez a Angola, em Novembro de 2019, e na 43^a sessão, em Março de 2020, o Governo angolano adoptou 259 e tomou nota de 11.

“O nosso país é Estado parte de sete dos nove principais Tratados de Direitos Humanos das Nações Unidas e da União Africana (UA), das quais já ratificou a Convenção Internacional Contra a Tortura e Outros Tratamentos Cruéis Desumanos e Degradantes (CAT), o Protocolo Adicional ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos relativos à Pena de Morte, a Convenção Internacional sobre todas as formas de Discriminação Racial e a Convenção Internacional para a Protecção de todas as Pessoas Contra o Desaparecimento

Forçado”, disse, informando que se encontra em curso o processo de ratificação. Marcy Lopes reiterou ao Conselho de Direitos Humanos da ONU o interesse de Angola aprofundar os conhecimentos sobre a Convenção sobre Protecção dos Direitos de todos os trabalhadores migrantes e membros das suas famílias e a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, bem como o Protocolo de 2014 da Convenção sobre o Trabalho Forçado de 1930, da qual Angola é Estado-membro desde 1976.

O relatório, apresentado na 48.^a sessão da Revisão Periódica Universal do Conselho dos Direitos Humanos, responde às recomendações feitas pelos Estados a Angola, bem como reflecte as acções desenvolvidas com base nas prioridades do Governo, que fazem parte do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027 e da Estratégia de Longo Prazo Angola 2050.

O ministro sublinhou, ainda, que Angola permanece comprometida na cooperação contínua com os procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos, assegurando uma resposta positiva às visitas dos relatores e reforçando o compromisso com a transparência e protecção dos Direitos Humanos, destacando, a título de exemplo, as visitas efectuadas pela Relatora Especial para a Eliminação da Discriminação contra Pessoas afectadas pela Lepra, em Abril de 2022, e a da Perita Independente sobre os Efeitos da Dívida Externa, ocorrida em Maio de 2024.

Integram a delegação angolana, a secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais, Marilena Laureano, o presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Ambiente da Assembleia Nacional, Vigílio Tyova, sete secretários de Estado e peritos dos Ministérios do Interior, Justiça e dos Direitos Humanos, Saúde, Relações Exteriores, Educação, Cultura, Agricultura e Florestas, Pescas e Recursos

Marinhos, Planeamento, Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Instituto Nacional da Criança, Casa Civil do Presidente da República e deputados. (J.A.)++++

Parlamento aprova adesão do país ao mercado de trabalho da SADC

A Assembleia Nacional (AN) aprovou, quinta-feira, por unanimidade, o Projecto de Resolução que permite a adesão de Angola ao Protocolo da SADC sobre Emprego e Trabalho. O documento passou pelo crivo dos deputados com 173 votos a favor, nenhum contra e sem abstenções.

Ao apresentar o documento aos parlamentares, o secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas, Domingos Vieira Lopes, assegurou que a adesão do país ao Protocolo vai reforçar a melhoria das condições de trabalho e do ambiente empresarial, assim como a protecção social dos angolanos no espaço SADC.

“Estamos confiantes de que esta iniciativa será acolhida com o devido sentido de responsabilidade e de compromisso para com o progresso e bem-estar dos trabalhadores angolanos e a modernização do sector de emprego”, frisou.

A secretária de Estado da Administração Pública, Amélia Varela, acrescentou que a adesão de Angola ao projecto da SADC sobre Emprego e Trabalho vai dinamizar o emprego na região.

A governante referiu que o projecto vai estabelecer um quadro estratégico de cooperação regional para a harmonização das políticas, legislação e práticas atinentes ao emprego e ao trabalho.

Este quadro, disse, vai facilitar a realização de um trabalho digno para todos, bem como a promoção do emprego

inclusivo, pleno e produtivo, incluindo o auto-emprego, sobretudo para os grupos vulneráveis, como as mulheres, pessoas com deficiência e trabalhadores migrantes.

“O país vai obter diversas vantagens, designadamente na criação de uma integração regional genuína e equitativa, a mobilização de recursos dos Estados-membros, bem como promover a implementação de políticas nacionais e interestaduais”, adiantou.

De acordo com a secretária de Estado da Administração Pública, a ratificação por Angola do protocolo de adesão vai garantir, por outro lado, a cooperação internacional no âmbito da estratégia de libertação económica e estimular a criação de uma política activa, com vista à promoção do pleno emprego na SADC.

A discussão e votação do diploma decorreu durante a primeira reunião plenária ordinária da 3ª sessão legislativa da V Legislatura da Assembleia Nacional.

Lei Geral de Electricidade

Os deputados aprovaram, igualmente, na globalidade, a Proposta de Lei Geral de Electricidade, que vai permitir a participação do sector privado no negócio, na medida em que elimina barreiras legais à iniciativa privada no domínio do seu transporte.

Num outro momento, os deputados aprovaram, com 185 votos a favor, o pedido de Autorização Legislativa que autoriza o Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, a legislar sobre a Alteração da Área de Concessão do Bloco 14.

Sobre este diploma, o secretário de Estado para o Petróleo e Gás, José Barroso, referiu que o instrumento jurídico vai permitir à concessionária nacional uma concessão exclusiva dos direitos mineiros para a prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos

do Bloco 14, localizado na Bacia do Baixo Congo. O Bloco 14 integra, actualmente, a Chevron, como operadora, Azul Energy, Sonangol Pesquisa & Produção e a empresa GALP. Foi, ainda, objecto de votação final global a Proposta de Lei sobre Regime Especial de Disponibilização e Consumo de Bebidas Alcoólicas.

Este diploma proíbe a disponibilização de bebidas alcoólicas junto às instituições hospitalares, militares, policiais, de protecção às crianças e idosos, estabelecimentos de ensino, locais de culto e cemitérios, numa distância de até 300 metros. O diploma foi aprovado com 165 votos a favor, nenhum contra e sem abstenções. (J.A.)++++

Comissão Ad-Hoc aponta baixa no excesso de prisão preventiva

O coordenador da Comissão de Trabalho Ad-Hoc para Análise do Excesso de Prisão Preventiva a nível do país, Daniel Modesto Geraldês, afirmou, quinta-feira, em Luanda, que existe uma baixa considerável nos processos de tramitação judicial, devido ao acompanhamento efectuado pelo órgão às cadeias.

O magistrado fez a afirmação durante a visita de constatação da Comissão ao Estabelecimento Penitenciário de Viana, com o objectivo de apurar o cumprimento dos prazos legais de prisão preventiva.

Acompanhado da provedora de Justiça, Florbela Araújo, o responsável referiu que o Conselho Superior da Magistratura Judicial e todas as outras instituições intervenientes na administração da Justiça estão preocupadas com a questão de saber se, eventualmente, os períodos têm sido cumpridos nas diversas fases, nomeadamente a processual, instrução preparatória, judicial, assim como a execução das penas, no caso de arguidos já condenados.

“Houve uma alteração substancial do excesso de prisão preventiva. Isto é fruto das actividades que temos vindo a realizar”, declarou o também presidente da Câmara Criminal do Tribunal Supremo.

Daniel Modesto Geraldês lamentou o facto de Luanda ser a província com maior número de casos de excesso de prisão preventiva, tendo, por isso, reafirmado o compromisso da Comissão Ad-Hoc em trabalhar para a normalização do quadro.

“Apesar de estarem nesta condição de reclusos, não perdem os direitos, liberdades e garantias fundamentais, que são imanes da Constituição”, reforçou, defendendo que uma vez ultrapassados os prazos de prisão preventiva, o arguido deve ser imediatamente posto em liberdade.

Na ocasião, Florbela Araújo, na qualidade de membro da Comissão, apelou aos reclusos no sentido de pautarem por condutas exemplares, para beneficiarem das medidas possíveis, como o indulto, comutação de penas ou perdão, que o Presidente da República, enquanto titular do Poder Executivo, pode conceder. *(J.A.)++++*

Executivo continua empenhado na eliminação gradual dos subsídios aos combustíveis

O Executivo continua empenhado na eliminação gradual dos subsídios aos combustíveis, embora não pretenda eliminá-los por completo em 2025, revelou, em entrevista à agência Bloomberg, em Davos, o ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano.

O Governo mantém-se empenhado na eliminação gradual dos subsídios aos combustíveis, embora não os pretenda eliminar por completo em 2025, pois isso poderia criar dificuldades desnecessárias para os cidadãos”, disse o ministro de Estado, que se encontra em Davos, na reunião anual do

Fórum Económico Mundial, em representação do Presidente da República. Na entrevista, o ministro de Estado anunciou, ainda, a vontade do Executivo de angariar, este ano, até dois mil milhões de dólares em Eurobonds (títulos da dívida em moeda estrangeira), no âmbito dos esforços para alargar os prazos de vencimento e reduzir o custo da dívida.

“Os preços e prazos de vencimento da dívida são críticos.

Para que não haja pressão adicional sobre a dívida pública, esperamos que a inflação mantenha esta tendência descendente, para que tenhamos acesso a fundos em termos cada vez mais favoráveis”, afirmou José de Lima Massano.

Questionado pela Bloomberg sobre se o Governo angolano estava a preparar novos acordos de financiamento semelhantes aos celebrados com o JPMorgan, o ministro de Estado respondeu que Angola “continua à procura de oportunidades”.

“Estamos a tentar, tanto quanto possível, alargar os prazos de vencimento”, declarou, sublinhando que o país está a seguir as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI) em matéria de gestão de recursos, mas não considera, nesta altura, outro programa de financiamento com o Fundo, escreve a Bloomberg.

A economia angolana, afirmou o ministro de Estado, deverá expandir-se cerca de 4 por cento este ano, em comparação com um crescimento de “pouco acima de 4 por cento” em 2024, apontando para o desempenho de sectores fora do petróleo e o programa de privatizações. (J.A.)++++

Caso Alberto José Catenda: Assembleia promete apurar outros casos

A presidente da Assembleia Nacional orientou a Comissão de Ética e Decoro a averiguar outros possíveis casos de deputados em conflito com os princípios da função

parlamentar. A orientação de Carolina Cerqueira surge na sequência da descoberta do deputado da UNITA Alberto José Catenda, eleito pelo círculo provincial do Cuanza-Norte, colocar a viatura protocolar e de apoio à residência a fazer serviço de táxi (rent-a-car).

O referido deputado, que perdeu o mandato na quarta-feira, por conta de um processo disciplinar que pesava sobre si na Casa das Leis, por ter praticado tal acto, colocava as viaturas em aluguer a terceiros.

A deliberação sobre o processo disciplinar contra Alberto José Catenda foi aprovada pelos deputados, durante a primeira reunião plenária ordinária da 3ª sessão Legislativa da V Legislatura, com 192 votos a favor, zero contra e duas abstenções.

“Somos um órgão de soberania. Devemos, por isso, servir de exemplo e de referência para a sociedade e dignificar sempre, a Assembleia Nacional”, apelou a presidente do Parlamento.

Carolina Cerqueira alertou que não vai haver contemplações para com os deputados que infringirem os deveres ligados à dignidade da função parlamentar e às normas que regem a Assembleia Nacional, independentemente do partido político a que pertencem.

“Espero que este seja o primeiro e último caso”, advertiu a presidente da Assembleia Nacional, tendo orientado, igualmente, a administração parlamentar a recorrer a mecanismos administrativos para melhor acompanhar a utilização dos meios atribuídos aos deputados para o exercício do mandato.

Carolina Cerqueira referiu que os deputados devem pautar a sua conduta com base nos deveres previstos no Regimento da Assembleia Nacional, nomeadamente o Estatuto do Deputado e o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Acto fere confiança depositada pelo povo

O analista jurídico angolano Afonso Pedro considerou o acto praticado pelo deputado da UNITA um grave atentado à confiança nele depositada pelo povo. “O uso de recursos públicos para fins pessoais não é apenas uma infracção, mas uma falha no pacto de confiança entre o político e o povo que o elegeu”, destacou o académico, lembrando que os legisladores devem ser exemplos máximos de moralidade.

Para Afonso Pedro, a atitude da Assembleia Nacional, em punir o deputado, demonstra o compromisso que tem com a ética e a legalidade. O jurista defende que este caso sirva de base para uma reflexão mais profunda sobre o conceito de moralidade na política.

“O caso de Alberto Catenda, embora pareça simples, na sua dimensão material, o uso indevido de uma viatura oficial revela algo mais profundo sobre a relação entre o poder e a ética”, advertiu.

O analista jurídico fez saber que, do ponto de vista legal, o deputado Catenda, além de perder o mandato, pode ser implicado num processo-crime, dependendo das evidências que surgirem durante o processo disciplinar e da investigação subsequente. *(J.A.)++++*

Esperança da Costa escala montanha do Tchitundu-Hulu

A Vice-Presidente da República escalou, quinta-feira, a montanha do complexo arqueológico do Tchitundu-Hulu, no município do Virei, onde visualizou as pinturas e gravuras rupestres, uma estação arqueológica com uma idade de mais de quatro mil anos.

Antes de escalar a montanha, Esperança da Costa inteirou-se da realidade existente no complexo, por via de um mapa ilustrativo das figuras e pinturas que comportam o espaço. O responsável da estação, Benjamim Fernandes,

explicou à Vice-Presidente da República que o recinto possui cinco sítios com artes rupestres, nomeadamente Tchitundu-Hulu Mulume, Tchitundu-Hulu Mulume gravuras, Tchitundu-Hulu Muleme pinturas, Pedra da Zebra e Pedra das Lagoas.

No sítio, existe uma diversidade técnica na execução, justificada pelo responsável da estação com o facto de ter “pinturas em estilo naturalista, semi-naturalista e gravuras elaboradas em diferentes técnicas, sobretudo a picotagem e o abrasão”.

Benjamim Fernandes revelou, ainda, que apresentou as preocupações referentes ao estado de conservação das artes rupestres. (J.A.)++++

Vice-Presidente testemunha lançamento de projecto de ensino

A Vice-Presidente da República, Esperança da Costa, testemunhou, quinta-feira, no município do Virei, província do Namibe, o lançamento do projecto de ensino e aprendizagem, denominado “Okulinonga”, que na língua mucubal significa ensinar.

Trata-se de uma iniciativa do Governo Provincial do Namibe, que surge como resposta educativa integrada voltada para a inclusão e desenvolvimento das comunidades.

Apresentado pelo director provincial da Educação, Juventude e Desportos, Francisco Neto, o projecto visa, ainda, reduzir o número de crianças fora do sistema de ensino, combater o abandono escolar, incorporando, entre outras vertentes, a alfabetização e a merenda escolar.

Esperança da Costa testemunhou o lançamento do projecto durante a visita de constatação ao município do Virei, durante a qual foi informada sobre a situação social e económica da circunscrição, que carece, principalmente, da

reabilitação da via que liga o município à capital Moçâmedes e à Chibia, na província da Huíla. No encontro realizado com a Vice-Presidente da República, após a chegada ao Virei, o administrador municipal, Alexandre Cassinda, apresentou o quadro geral do município.

De acordo com o responsável local, a obra da estrada já foi adjudicada faz tempo, e, em 2024, com a presença do ministro das Obras Públicas, o projecto foi retomado, mas, ainda assim, continua na mesma.

“Pedimos que Vossa Excelência seja a nossa advogada, para que a estrada seja construída o mais rápido possível”, suplicou o responsável, ao dirigir-se à Vice-Presidente da República.

Alexandre Cassinda disse, também, que, para resolver o problema da seca no município, o Virei precisa de projectos estruturantes, como barragens e furos de água de longo alcance, para quando chegar o tempo seco não haja baixa do lençol freático.

Segundo, ainda, o administrador municipal, é a primeira vez que Virei recebe uma visita de Alto Nível, daí a satisfação demonstrada pelos munícipes.

Desejou, por isso, as boas-vindas à Vice-Presidente da República às terras das Pinturas Rupestres de Tchitundu-Hulu, da mulher mucubal, e das raras pedras, sobretudo, das rochas ornamentais e de um povo alegre, que preserva os seus hábitos e costumes desde os tempos mais antigos.

Fundado em 1971, o Virei tem apenas duas comunas, vários grupos étnicos e linguísticos, com 42 mil habitantes. O município é fortemente pecuário, mas pratica também alguma agricultura de subsistência.

Apelo à protecção do Tchitundu-Hulu

O ministro da Cultura, Filipe Zau, que acompanha a Vice-Presidente da República ao Namibe, pediu que todos

estejam sensibilizados para que o Tchitundu-Hulu, que está inscrito na Lista Indicativa, passe, o mais rapidamente, a património cultural imaterial da humanidade.

Filipe Zau apelou, ainda, à protecção, preservação e salvaguarda do sítio, justificando ser de extrema importância, tanto quanto as Pinturas Rupestres e a Estação Arqueológica. O primeiro trabalho a fazer, referiu Filipe Zau, é a preservação, salvaguarda, assim como a sensibilização das populações, para não ocuparem terrenos, e que se poupe as gravuras que lá estão, que são milenares.

“Esta é, no fundo, a razão que nos traz aqui, para ver o que temos que fazer e, sobretudo, ao mais alto nível, com a Vice-Presidente da República, que abraçou todo o projecto, enquanto coordenadora da Comissão”, referiu.

Degradação das artes rupestres

O historiador e especialista em artes rupestres Benjamin Fernandes abordou a componente histórica e o estado actual do Tchitundu-Hulu, sublinhando que o maior desafio do lugar é a sua conservação, em razão de encontrar-se num estado de degradação bastante avançado.

A degradação, segundo o especialista, deve-se em parte a um processo natural das próprias rochas, tendo recomendado, por isso, um conjunto de acções urgentes para reverter a actual tendência de desaparecimento da arte rupestre do sítio. (J.A.)++++

Reiterado o combate cerrado ao garimpo e crime organizado

O Governo Provincial do Bengo reafirmou, quinta-feira, em Caxito, o compromisso com o combate cerrado ao crime organizado e ao garimpo ilegal de ouro em Nambuangongo, num trabalho conjunto com os Órgãos de Defesa e Segurança.

Em declarações ao Jornal de Angola, a governadora Maria Antónia Nelumba disse que, nos últimos meses, foram realizadas diversas operações de combate à exploração ilegal de ouro, na ex-comuna de Zala, município de Nambuangongo, onde foram apreendidos mais de 200 cidadãos e diversas quantidades de produtos.

“Nos últimos meses, várias operações foram efectuadas, resultando na apreensão de equipamentos utilizados no garimpo ilegal e na detenção de mais de 200 indivíduos. As autoridades reconhecem a necessidade de maior articulação e investimentos para consolidar os resultados”, garantiu.

Além do garimpo de ouro, prosseguiu a governadora do Bengo, a exploração ilegal de madeira e de areia constam, igualmente, das acções a serem realizadas pelas autoridades da província, devido ao facto dos três fenómenos causarem sérios danos ambientais ao país.

Promessa do ministro

O ministro do Interior prometeu, durante a visita de trabalho à província do Bengo, trabalhar igualmente no combate cerrado à imigração ilegal, exploração ilícita de ouro, madeira e areia.

Manuel Homem sublinhou que o Comando Provincial da Polícia Nacional no Bengo tem realizado acções concretas para acabar com tais práticas, que são actos negativos ao ambiente e à economia nacional.

“As autoridades têm concentrado esforços para dismantelar redes de exploração clandestina e controlar o trânsito irregular de madeira na região. O Bengo é uma província visada, quer pelos garimpeiros de ouro, quer pelos contrabandistas de madeira”, asseverou. *(J.A.)++++*

Interior analisa o estado dos comandos municipais

A avaliação do grau de cumprimento das actividades realizadas durante o ano de 2024 e a apreciação e análise do estado dos comandos municipais domina, em Ondjiva, província do Cunene, o I Conselho Consultivo Alargado Provincial do Ministério do Interior.

Durante o evento, os membros do Conselho Consultivo Alargado analisam, igualmente, o Relatório Síntese da Segurança Pública, os resultados alcançados na implementação do programa de policiamento de proximidade comunitário, bem como auscultar as principais preocupações dos comandos municipais.

O delegado do Ministério do Interior e comandante provincial da Polícia Nacional no Cunene, comissário Alberto Paulo, defende a necessidade da corporação manter alicerçados os desafios da manutenção da ordem e tranquilidade públicas.

A Polícia, referiu o comandante provincial, deve estar cada vez mais próxima da população para garantir o apoio e assegurar o combate aos actos ilícitos que ocorrem nas comunidades.

O Conselho Consultivo, esclareceu Alberto Paulo, vai tratar do balanço das actividades realizadas no ano anterior, com realce para a operação da quadra festiva, e perspectivar os trabalhos referentes ao presente ano. (J.A.)++++

Suzana de Abreu quer administradores dinâmicos

A governadora de Cabinda pediu aos novos secretários provinciais da Educação, Comércio, Hotelaria e Turismo, Cultura, Agricultura, Pecuária e Pescas e da Juventude e Desportos rigor, dinamismo e criatividade na execução dos planos e programas traçados pelo Governo.

Suzana de Abreu, que falava quarta-feira na cerimónia de empossamento dos novos responsáveis, acrescentou que só agindo desta forma será possível solucionar os problemas que afligem as populações locais, impulsionar o desenvolvimento económico da região e garantir o bem-estar social das famílias.

Durante a sua intervenção, a governadora ressaltou a necessidade de se apostar na valorização contínua do património histórico e cultural local, no aumento da produção agrícola, fomento do turismo ecológico para atrair potenciais investidores, reordenamento da actividade comercial, massificação das actividades desportivas e o reajuste das políticas focadas na juventude, na perspectiva de se melhorarem as condições sociais.

Suzana de Abreu disse que as acções a serem desenvolvidas devem responder aos desafios traçados pelo Governo da Província, que se prendem com a edificação da economia, fomento do auto-emprego, criação de renda e combate à fome e à pobreza.

Na ocasião, o novo secretário provincial da Cultura, Manuel Guilherme, prometeu dar continuidade ao trabalho que estava a ser desenvolvido pelo seu antecessor, que consistia no resgate, preservação e promoção do legado deixado pelos antepassados, que se constituem em identidade e herança cultural da região.

Para o recém-empossado secretário provincial da Agricultura, Pecuária e Pescas, Gabriel Lussuamo, a prioridade será melhorar a incidência do Programa Cadeia de Valores Agrícolas e outros subprogramas no seio das comunidades para estimular o aumento da produção, combater a pobreza e melhorar a dieta alimentar das famílias. Durante a cerimónia, foram empossados, igualmente, os administradores

municipais adjuntos de Cabinda, Ngoio, Liambo, Massabi, Necuto, Miconje e Tando Zinze. (J.A)++++

Angola quer “nova fase” de relações com o Kuwait

O embaixador de Angola no Kuwait, Júlio Maiato, manifestou, quarta-feira, às autoridades daquele país, o desejo de o Governo angolano iniciar uma “nova fase” das relações bilaterais, com o estabelecimento de um instrumento legal de cooperação.

De acordo com uma nota da Embaixada de Angola nos Emirados Árabes Unidos, o diplomata fez a afirmação durante a acreditação como embaixador não residente no Kuwait. Na ocasião, Júlio Maiato sugeriu que se criem condições para que sejam financiados projectos em curso em Angola, através de diversos Fundos existentes no Kuwait.

O Fundo Soberano (Autoridade de Investimento do Kuwait), o quarto maior do mundo, tem um capital de 980 mil milhões de dólares.

O outro Fundo do Kuwait para o Desenvolvimento Económico foi criado para ajudar, financeira e tecnicamente, países necessitados e já concedeu um total de 1.056 empréstimos a 120 países beneficiários, totalizando 22,1 mil milhões de dólares. Mais de 300 subvenções e pacotes de assistência técnica foram prestadas a 88 países e instituições, totalizando 318,9 milhões de dólares.

No campo empresarial, pretende-se trabalhar com a Câmara de Comércio e Indústria do Kuwait, que congrega mais de 40 mil firmas, para cimentar uma maior aproximação com as empresas angolanas.

Por sua vez, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado do Kuwait, Abdullah Ali Al-Yahya, realçou as excelentes relações entre Angola e o Kuwait e fez referência ao reforço dos laços de amizade e de cooperação, particularmente

no sector petrolífero. O chefe da diplomacia do Kuwait manifestou, igualmente, o “grande interesse” do seu país em cooperar com Angola na segurança alimentar, visto que representa uma das principais prioridades do seu Governo.

Com vista a diligenciar investimentos e galvanizar as trocas comerciais entre os dois países, o governante do Kuwait acolheu as recomendações do embaixador Júlio Maiato de estreitamento das relações entre a missão diplomática de Angola e os diferentes fundos criados e a Câmara de Comércio e Indústria local.

À margem da cerimónia em que foram acreditados mais nove embaixadores, Júlio Maiato manteve um breve encontro com o director da Direcção África do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Kuwait, Nayef Al-Mudahaf, com quem passou em revista o estado actual das relações entre os dois países.

Liderado pelo Emir Sheikh Mishal Al-Ahmad Al-Jaber Al-Sabah, o Estado do Kuwait tem como principais parceiros os Emirados Árabes Unidos, China, Arábia Saudita, Coreia do Sul, EUA e Japão. O Kuwait tem um sistema bancário bem desenvolvido e vários bancos no país remontam ao tempo antes do petróleo ter sido descoberto.

A produção actual de hidrocarbonetos é de 2,8 milhões de barris por dia e observou um aumento de 4 milhões de bpd em 2020, estando as suas reservas de crude de aproximadamente 104 biliões de barris. (J.A.)++++

Ministro do Turismo mostra potencial do país na Europa

O potencial turístico de Angola, com realce para os pólos de desenvolvimento turístico de Cabo Ledo, Calandula, Região do Okavango e Mussulo, é apresentado, desde quarta-feira, em Madrid, Reino de Espanha, por uma delegação angolana chefiada pelo ministro do Turismo, Márcio

Daniel. A comitiva angolana tem agendado encontros com uma das maiores cadeias da indústria hoteleira do mundo, o “Tour Operadores”, e empresários que na capital espanhola participam, de 21 a 26 deste mês, na maior Feira Internacional do Turismo (FITUR).

Madrid acolhe, igualmente, o acto central do 50.º aniversário da Organização Mundial do Turismo, de que Angola é membro desde 1989.

De acordo com o ministro Márcio Daniel, a participação de Angola na bolsa de negócios do turismo constitui um momento oportuno para abordagem dos grandes operadores internacionais, como os grupos Meliá, RIU, NH Hotels e Iberostar.

Além de Espanha, a delegação angolana, composta por funcionários do Ministério do Turismo, vai deslocar-se a Londres (Reino Unido), onde terá reuniões com a empresa especializada em Engenharia e Gestão de Projectos, DAR.

A DAR é uma organização parceira do Ministério do Turismo na implementação do Plano Nacional de Ordenamento Turístico e do Plano de Desenvolvimento Turístico da Península do Mussulo, que foi, recentemente, declarada como local de interesse e potencial turístico.

Ainda em Londres, a delegação angolana vai reunir-se com a Confederação de Turismo e Hospitalidade. A delegação rumará depois para Frankfurt (Alemanha), onde vai manter um encontro de trabalho com o Grupo Kleber, operador turístico especializado na gestão de destinos turísticos e desenvolvimento de produtos.

Neste encontro, o operador alemão vai apresentar informação relevante sobre estatística, tendências de viagens, perfil de destinos mais procurados e estratégias de marketing e comunicação do segmento DACH (Alemanha, Áustria e Suíça).

A presença de Angola nos referidos países visa encontrar parceiros internacionais que pretendam investir no sector do Turismo angolano. (J.A.)++++

Ministro do Interior exige atendimento célere e humanizado

O ministro do Interior exortou, ontem, em Luanda, os responsáveis da Caixa de Protecção Social para a necessidade de se colocar, cada vez mais, as valências técnicas e científicas ao serviço dos segurados, pensionistas e familiares, com foco no atendimento humanizado e na atribuição célere dos benefícios.

Manuel Homem, que falava durante a cerimónia de abertura do VI Conselho Consultivo Alargado da Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior, encorajou que se prime pelos princípios da legalidade, parcimónia e, sobretudo, de probidade pública, que reflectam de forma clara uma gestão moderna e transparente.

Em matéria de Direito Providenciário, explicou o ministro, há necessidade urgente de se catalisar todas as sensibilidades operadoras do sistema para a empatia com os assistidos.

Hoje, referiu, os indicadores demonstram que, dos mais de 157 mil segurados que contribuem para a Caixa de Protecção Social, cerca de um terço já se encontra em idade de reforma e aguarda a entrada para a folha de processamento dos benefícios.

“Por isso, há que se estabelecer metas e estratégias que garantam a sustentabilidade do sistema e a prestação de um serviço de qualidade”, orientou.

Formação

O ministro do Interior defendeu, também, a necessidade de se dotar os técnicos de capacidades em matéria de

Protecção Social, Informática, Cálculo Actuarial, Direito e Gestão do Investimento, com recurso às tecnologias de informação, bem como a definição do perfil do pessoal quanto ao comprometimento com a ética e responsabilidade para com as viúvas e os órfãos.

No domínio das tecnologias, acrescentou, deve-se criar um sistema informático de gestão robusto e seguro, que responda às exigências actuais e garanta maior segurança no sistema de Protecção Social do Ministério do Interior.

“No que diz respeito à assistência, há que melhorar as condições sociais dos segurados, por via da rigorosa gestão dos projectos habitacionais, criando uma ferramenta tecnológica que reforce os mecanismos de transparência e justiça no processo de atribuição de residências, tornando-o acessível a todos”, declarou.

Prova de vida

De acordo com o ministro, está em curso, em todo o país, a realização da prova de vida, que prevê cadastrar mais de 18 mil pensionistas, dos quais 10.497 de reforma e 7.691 de sobrevivência.

Para o sucesso da actividade, o ministro apelou ao maior engajamento, rigor e responsabilidade, evitando situações indecorosas que em nada dignificam a imagem da Caixa de Protecção Social, em particular, e do Ministério do Interior, em geral.

“Deve-se reforçar a interacção com os órgãos de Comunicação Social, bem como usar todos os recursos disponíveis para sensibilizar os beneficiários ao cumprimento deste exercício obrigatório nos termos da legislação em vigor sobre a matéria”, orientou.

O ministro referiu que não obstante as dificuldades que o órgão tem registado, destaca-se o trabalho de divulgação dos conteúdos da protecção social, por via da actualização de

dados, inscrição de segurados e emissão de cartões, serviços de atendimento aos utentes, o esforço da celeridade na atribuição das pensões e melhoria do Sistema Integrado de Gestão, tornando-o numa ferramenta que permite planificar o futuro sem comprometer o presente.

Ajustamento da pensão

A directora-geral da Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior, Sandra Paiva, disse que o ajustamento salarial dos pensionistas é um tema que também vai ser debatido durante o VI Conselho Consultivo Alargado.

“O pensionista também merece um aumento salarial, mas depende sempre da capacidade financeira que o sistema traz”, disse, acrescentando que o órgão acabou de apurar os indicadores e, por isso, vai debater o assunto durante o Conselho.

Entretanto, continuou a responsável, o aumento da pensão dos reformados só será possível depois da aprovação do diploma pelo Conselho de Ministros. “O indicador vai definir as percentagens, que podem ir até aos 25 por cento”, frisou.

Sandra Paiva revelou que o órgão regista, ainda, a recepção de documentos fraudulentos, que tem sido combatido com vigor nos últimos tempos. Entre as reclamações, citou, também, a demora no processamento e o mau comportamento no serviço de atendimento.

“Estamos com 18 mil pensionistas, sendo que 10 mil são de reforma e 7 mil são de sobrevivência”. (J.A.)++++

Lunda-Sul: Obras da centralidade estão concluídas

O ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Carlos dos Santos, manifestou, quinta-feira, satisfação com a conclusão da Centralidade e da via circular de Saurimo, na Lunda-Sul.

Durante uma visita de trabalho à província, Carlos dos Santos elogiou o sentido de compromisso e entrega das empresas Omatapalo, Mota Engil e Griner Engenharia por cumprirem com os prazos contratuais dos empreendimentos, que representam avanços assinaláveis no desenvolvimento socioeconómico da província.

A construção da via circular teve início em 2020, faltando apenas a conclusão da sinalização para abertura efectiva ao trânsito. O eixo comporta quatro pontes de carácter definitivo, e interliga a Norte com a Estrada Nacional 180 e a Sul com a 230.

Estas empreitadas vão garantir melhores condições de habitabilidade à população e desafogar o trânsito rodoviário. Na construção da nova Centralidade, explicou o ministro, a empresa Griner Engenharia cumpriu todos os parâmetros do projecto, que incluem a construção de um sistema de abastecimento de água potável com capacidade para 900 mil litros e outros serviços.

Para o ano em curso, Carlos Santos anunciou uma carteira composta por projectos ligados à construção da Estrada Nacional 240, que liga a sede municipal de Dala à comuna de Luma-Cassai, da 170 ao troço entre Cacolo/Cucumbi/Xas-sengue e a conclusão do troço Saurimo/Dala, Estrada Nacional 180.

No domínio da habitação, disse, o Ministério está a criar as condições para o lançamento da segunda fase do projecto, para a construção de 1400 outros apartamentos para a Centralidade, além de investimentos para contenção de ravinas.

(J.A.)++++

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa da Embaixada da República de Angola na República Portuguesa, 24 de Janeiro de 2025